

Antes e depois da primeira tradução portuguesa: Madame Bovary no Brasil oitocentista

*Before and after the first portuguese translation: Madame
Bovary in nineteenth-century Brazil*

Andréa Correa Paraiso MÜLLER*

RESUMO: *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, publicado em capítulos na *Revue de Paris* em 1856 e em livro em 1857, foi traduzido para a língua portuguesa apenas em 1881. Alvo de processo judicial por imoralidade, o romance havia alcançado números expressivos de vendas na França e provocado polêmica na imprensa daquele país. Considerando a ampla circulação de traduções de romances franceses em Portugal e no Brasil em meados do século XIX, afigura-se surpreendente a demora em verter para o português um romance que tantas reações vinha suscitando. O presente artigo tem por objetivo discutir as possíveis razões dessa demora e refletir sobre a recepção de *Madame Bovary* no Brasil antes e depois da primeira tradução portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Romance. Tradução. Século XIX. Recepção.

ABSTRACT: *Madame Bovary*, by Gustave Flaubert, published in chapters in the *Revue de Paris* in 1856 and as a book in 1857, was translated into Portuguese only in 1881. At the time it was legally accused of immorality, the novel had reached significant sales in France and provoked controversy in that country press. Considering the broad circulation of French novel translations in Portugal and in Brazil in the mid XIX century, it is surprising how long it took for such a provoking text to be translated into Portuguese. This paper aims to discuss the possible reasons of this delay and reflect upon the reception of *Madame Bovary* in Brazil before and after the first Portuguese translation.

KEYWORDS: Novel. Translation. XIX Century. Reception.

Introdução

Madame Bovary, o hoje canônico romance de estreia de Gustave Flaubert, objeto de polêmica quando de seu lançamento na França, tardou a ser traduzido para a língua portuguesa.

*Universidade
Estadual de Ponta
Grossa (UEPG)

Alvo de processo judicial por imoralidade desencadeado em seguida à publicação em capítulos, entre outubro e dezembro de 1856, na *Revue de Paris*, colocou o nome de seu autor, após a absolvição, no centro de um acalorado debate que se travou na imprensa francesa. Apenas em 1857, ano do processo e da publicação em livro pelo editor Michel Lévy, mais de trinta resenhas surgiram nos periódicos franceses, algumas parcialmente elogiosas, outras reprovando a suposta imoralidade da obra e expressando espanto diante da impessoalidade do narrador (MÜLLER, 2012, p. 94). Muitos desses artigos foram assinados por críticos de renome na época, como Charles-Augustin Saint-Beuve, que elogiou o romance no *Moniteur Universel*, jornal oficial do governo francês, despertando reações de diversos outros homens de letras.

Tamanha polêmica se fez acompanhar por um notável sucesso de vendas. A primeira edição, de 6.750 exemplares, teve outras duas tiragens no mesmo ano (SUFFEL apud ROBERT, 2003). Em 1858, várias tiragens foram realizadas. Mais duas edições saíram ainda pela empresa de Michel Lévy, em 1862 e em 1869. Em 1874, duas outras editoras publicaram *Madame Bovary*: Charpentier, cuja edição incluía o requisitório, a defesa e a sentença do processo, e Lemerre (LECLERC, 2011).

Considerando a grande quantidade de traduções de romances franceses que eram editadas em Portugal em meados do século XIX (OLIVEIRA, 2011, p. 251) e a predominância da ficção francesa entre os títulos anunciados por livrarias nos jornais do Rio de Janeiro na mesma época (MÜLLER, 2012), afigura-se, a princípio, surpreendente a ausência de tradução portuguesa de *Madame Bovary* no calor dos debates suscitados pela obra na França. A primeira seria realizada apenas em 1881, pelo tipógrafo lusitano Francisco Ferreira da Silva Vieira (GONÇALVES, 2006) e viria a circular no Brasil.

No presente trabalho, propomos uma reflexão sobre possíveis razões para a não tradução de *Madame Bovary* para o português em meados do século XIX, assim como sobre a recepção desse romance no Brasil antes e depois da tradução de Silva Vieira.

1 Romances traduzidos no Brasil oitocentista

Quando abordam o início do gênero romanesco no Brasil, as histórias literárias tradicionais e os livros didáticos costumam apontar como primeiro romance brasileiro *A Moreninha* (1844), de Joaquim Manuel de Macedo. Alguns trabalhos consideram ponto inicial da nossa prosa romanesca *O filho do pescador* (1843), de Teixeira e Sousa. Leitores e estudantes podem ter a impressão de que não se liam romances no Brasil antes dos anos 1840. Entretanto, narrativas ficcionais eram produzidas por aqui bem antes desses “marcos”:

No entanto, seja no formato livro ou em publicações folhetinescas, as manifestações literárias brasileiras em prosa de ficção começaram a aparecer, acanhadamente, em 1826, com a novela *Statira e Zoroastes*, de Lucas José d’Alvarenga, acompanhada de outros títulos que circularam entre os leitores (SALES, 2011, p. 77).

Além das primeiras incursões de escritores locais pela prosa de ficção, quem buscava por leituras no Brasil das primeiras décadas do século XIX tinha a seu dispor um leque de narrativas estrangeiras que circulavam por aqui traduzidas ou em língua original.

As pesquisas de Márcia Abreu sobre as solicitações de envio de livros ao Brasil dirigidas aos órgãos responsáveis pela censura (a Real Mesa Censória de Lisboa e a Mesa do Desembargo do Paço, no Rio de Janeiro) registram a presença de narrativas ficcionais estrangeiras no país desde o século XVIII. Segundo os dados levantados pela pesquisadora, entre as obras classificadas como de “belas-letas” mais requisitadas à censura para remessas ao Brasil de 1769 a 1807 e de 1808 a 1821, havia um número significativo de narrativas ficcionais, com destaque, pela quantidade, para as de origem francesa (ABREU, 2003, p. 90-107). Muitos desses textos vinham para cá na língua original; outros, em traduções portuguesas.

Entre os primeiros livros impressos no Brasil, após a instalação da Imprensa Régia, ocorrida em 1808, também havia vários romances. Embora a Imprensa Régia tivesse por finalidade principal imprimir documentos e papéis administrativos, publicou também obras diversas, entre as quais onze romances traduzidos (SOUZA, 2008, p. 25).

A leitura de romances no Brasil antecede, pois, em muito, a publicação dos textos que são tradicionalmente considerados como as primeiras manifestações da prosa romanesca no país. Desde fins do século XVIII, narrativas estrangeiras circulavam por aqui e, certamente, contribuíram para compor o imaginário e o repertório de nossos primeiros romancistas.

Nas décadas seguintes, a circulação de romances estrangeiros, marcadamente franceses, intensificou-se consideravelmente. A abertura de bibliotecas e gabinetes de leitura e o aumento do número de estabelecimentos dedicados à venda de livros e folhetos, sobretudo na corte, ampliou o leque de narrativas importadas, traduzidas ou não, ao alcance dos leitores ávidos por ficção (VASCONCELOS, 2002).

Em Portugal e no Brasil de meados do século XIX, os romances estrangeiros, mais especificamente os franceses, ocupavam posição dominante no comércio livreiro. Paulo Motta Oliveira observa que “se existiam poucos leitores portugueses, estes não eram prioritariamente leitores de *romances portugueses*, mas de *traduções*” (OLIVEIRA, 2011, p. 251, grifos do autor). A afirmação se confirma facilmente pelos expressivos dados: apenas entre 1851 e 1860, foram lançadas em Portugal 109 traduções de Alexandre Dumas, 32 de Eugène Sue, 16 de Émile Souvestre e 9 de Victor Hugo (RODRIGUES, 1992; 1993 apud OLIVEIRA, 2011, p. 251). Muitas dessas traduções de romances franceses realizadas em Portugal desembarcavam em solo brasileiro e contribuíam para compor um repertório literário marcado pela ficção francesa de viés folhetinesco.

Com o advento do folhetim, a circulação de romances tornava-se cada vez maior e, conseqüentemente, crescia a demanda por traduções. Muitos dos romances fatiados nos rodapés dos jornais eram estrangeiros, boa parte franceses e, para figurarem nos periódicos locais, precisavam ser traduzidos. Além das traduções feitas em Portugal, começaram a surgir no Brasil tradutores eficientes, ao menos em relação à rapidez, dispostos a verter para a língua portuguesa as novidades vindas do velho continente, particularmente da França. Nomes como José Alves Visconti Coaracy, Justiniano José da Rocha e Antonio José Fernandes dos Reis, entre outros, foram

responsáveis por um número nada desprezível de traduções de romances de sucesso em meados do século XIX (FARIA, 2008). A produtividade tradutória de Justiniano José da Rocha é objeto, inclusive, de saborosa anedota, segundo a qual ele conseguia traduzir dois livros ao mesmo tempo: segurando um volume na mão direita e outro na esquerda, caminhava por uma extensa varanda em cujas extremidades estavam instalados dois secretários; à medida que caminhava, ditava para um deles a tradução da obra que segurava na mão direita e para o outro a da que levava na esquerda (BROCA, 2000, p. 107).

Outro exemplo interessante da prontidão com que se disponibilizavam para o público leitor brasileiro os títulos de sucesso da produção romanesca francesa é a tradução de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, publicada em folhetim no *Jornal do Commercio*, de 10 de março a 16 de outubro de 1862. O trabalho, iniciado por Justiniano José da Rocha, foi conduzido, após a morte deste, por Antonio José Fernandes dos Reis. É surpreendente a rapidez com que foi realizada a tradução. O início da publicação do romance de Hugo nos rodapés do periódico carioca precedeu em quase um mês o lançamento do livro na França, país em que a obra não foi veiculada em folhetim por determinação do autor. Ofir Bergemann de Aguiar (2002) explica que a façanha foi possível graças a um contrato entre o proprietário do *Jornal do Commercio*, Junius Villeneuve, e o editor belga, o que garantiu o recebimento dos originais diretamente da Bélgica, onde o livro seria lançado ao mesmo tempo que na França. Luís Carlos Pimenta Gonçalves, em pesquisa sobre traduções portuguesas de textos franceses, sublinha a rapidez da tradução de *Os miseráveis* feita em Portugal por Francisco Ferreira da Silva Vieira, que teria surgido dez meses após a publicação do livro na França. O pesquisador afirma ter sido Silva Vieira o primeiro a verter o romance de Hugo para o português (GONÇALVES, 2006). A tradução brasileira, no entanto, é anterior à portuguesa.

Ora, diante de cenário aparentemente tão propício às traduções, sobretudo de romances franceses, que fatores poderiam explicar tão tardia tradução de *Madame Bovary* para o português?

2 *Madame Bovary* no Brasil em meados do século XIX

Um ano após seu lançamento em livro na França, *Madame Bovary* foi disponibilizado no Brasil pela livraria Garnier aos leitores que conheciam a língua francesa. Figurou no catálogo das obras adquiridas pela livraria em março/abril de 1858, em meio aos títulos agrupados sob a rubrica *Ouvrages français*.

Além dos livros em francês, o catálogo continha uma seção intitulada “Obras portuguesas”, que incluía textos originalmente redigidos em Portugal e traduções realizadas naquele país; continha 54 títulos, entre os quais livros de direito, de história, de geografia, obras religiosas e uma peça teatral. Já a rubrica *Ouvrages français* era reservada aos livros em língua francesa anunciados nesse idioma, entre os quais incluíam-se traduções para o francês de obras de outras nacionalidades. Continha 209 títulos, sendo 31 de ficção, incluindo peças teatrais. Se contarmos apenas os romances, somamos 23. Havia obras de Balzac, Chateaubriand, Dumas, Paul Féval e Paul de Kock, autores já bastante conhecidos e apreciados no Brasil. O restante dos livros anunciados compreendia obras de geografia, história, mecânica, economia, filosofia, religião e uma imensa variedade de assuntos, além de guias de conduta. Diante dessa variedade de assuntos, o número de título de ficção (31, ou 14,83% do total) e o de romances (23, ou cerca de 11% do total) não podem ser considerados pequenos. As obras religiosas, por exemplo, somam 14, ou seja, 6,69% do total, número bem menor que o de romances e correspondente a menos da metade do conjunto de obras de ficção.

A seleção dos títulos presentes no catálogo estava, provavelmente, em coerência com o gosto e com as preocupações da época. Sendo Baptsite-Louis Garnier um dos principais livreiros instalados na corte, supõe-se que suas escolhas procurassem atender aos anseios e preocupações de seu público. A presença de livros religiosos, embora em menor número do que as obras de ficção, demonstra que também no Brasil havia uma demanda para esse tipo de leitura. E a oferta de 209 livros em língua francesa permite supor que havia no país, ao menos no Rio de Janeiro, pessoas capazes de ler nesse idioma. O número considerável de romances na língua

original sugere que entre os apreciadores desse gênero (inclusive entre os leitores dos mais populares autores de folhetins, como Féval, Kock e Dumas) havia os que não necessitavam de traduções para ter acesso às produções francesas.

Os livros que compunham o catálogo foram anunciados, ao longo do primeiro semestre de 1858, no *Jornal do Commercio*, importante periódico da corte no qual a livraria Garnier divulgava com freqüência seu acervo. *Madame Bovary* foi discretamente anunciado nos dias 2 e 4 de abril daquele ano, fazendo parte de uma lista de diversas outras obras do catálogo, todas em francês. Além de serem aquisições recentíssimas, tais obra eram também publicações recentes: assim como *Madame Bovary*, havia outros livros lançados na França em 1857, como, por exemplo, *Les quatre ages*, de Xavier Marmier, o que demonstrava a atualização da casa Garnier no que se referia às novidades do mercado livreiro europeu, mais especificamente francês. O anúncio veiculado nos dois dias era o mesmo; não havia título especial, apenas nome e endereço da livraria.

Mais de um ano depois, no dia 12 de novembro de 1859, o romance de estreia de Flaubert foi novamente anunciado pela Garnier no *Jornal do Commercio*, dessa vez em um anúncio intitulado *Romans nouveaux* e composto apenas por romances publicados entre 1856 e 1859, todos oferecidos em língua francesa. O curioso é que, no reclame de 1858, *Madame Bovary* havia sido divulgado em dois volumes e com o subtítulo *moeurs de province*. Tratava-se, ao que tudo indica, da edição publicada por Michel Lévy em abril de 1857. Em 12 de novembro de 1859, contudo, o romance foi oferecido em quatro volumes e com o subtítulo *scènes de province*, o que leva a crer que se tratava de uma outra edição. Embora não tenhamos informações sobre as vendas nem sobre a quantidade de exemplares disponíveis na livraria, a divulgação de duas edições diferentes em pouco mais de um ano permite supor que a obra havia alcançado uma certa cifra em vendas capaz de impulsionar o livreiro a importar outra edição. No entanto, como só se tem notícia de segunda edição na França em 1862

(LECLERC, 2011), deve-se considerar a possibilidade de tratar-se de uma contrafação.

No dia 25 de novembro de 1859, *Madame Bovary* novamente apareceu no mesmo periódico em anúncio da Garnier, dessa vez em dois volumes como em 1858 e em meio a romances agrupados sob o título *Romans, nouvelles, etc., à 1 \$000 le volume*. O chamativo título era, na verdade, uma estratégia para atrair clientes, pois, como a maior parte dos romances que ali constavam, assim como *Madame Bovary*, tinham mais de um volume, o preço total era o mesmo divulgado em reclames anteriores. Em 19 de setembro de 1861, outro anúncio contendo apenas romances em francês publicado também no *Jornal do Commercio* pela mesma livraria trazia *Madame Bovary* entre os títulos, agora outra vez em quatro volumes.

Realizamos pesquisa em mais de trinta periódicos brasileiros (incluindo jornais diários e revistas) com datas entre 1857 e 1869, entre os quais o próprio *Jornal do Commercio*, e não identificamos o romance de Flaubert em anúncios de nenhuma outra livraria. Segundo o que observamos na pesquisa, Baptiste-Louis Garnier era, entre os livreiros instalados no Rio de Janeiro, o que mais anunciava obras em língua francesa, o que se pode notar pelo próprio catálogo em que figurou *Madame Bovary*, no qual constavam 209 títulos em francês e 54 em português. Ao adquirir o polêmico romance de Flaubert apenas um ano após sua publicação no país de origem, demonstrava a atualização de sua livraria e disponibilizava, no Brasil, uma das obras que vinham ocupando as atenções da crítica francesa naquele período. Contudo, a então novidade literária permaneceu durante anos acessível apenas ao público capaz de ler em língua francesa.

Romances franceses eram, como já mencionamos, presença dominante no mercado livreiro do Brasil de meados do Oitocentos; outras livrarias os ofereciam a seus clientes quase sempre em traduções. Por que *Madame Bovary* tardou tanto a figurar entre essas traduções? Não se pode, evidentemente, elaborar uma resposta definitiva para tal questão. Mas é possível refletir a partir de algumas hipóteses.

A primeira é a moral. Até a segunda metade do século XIX, a moral era um dos principais critérios de avaliação da produção escrita, principalmente quando se tratava da prosa romanesca. Sendo comum, tanto no Brasil quanto na Europa, a crença na capacidade da literatura de

influenciar o pensamento e as atitudes dos leitores, somente os romances que apresentavam exemplos tidos como dignos de serem seguidos eram considerados bons pelos homens de letras e pelas autoridades (MÜLLER, 2012; ABREU, 2003).

Com base nessa concepção de literatura é que Flaubert, juntamente com o impressor e o diretor da revista que publicara *Madame Bovary*, foi processado pelo Ministério Público francês sob a acusação de ofensa à moral pública, à religião e aos bons costumes. Também pautava-se na moral a maior parte das resenhas que os críticos franceses publicaram na imprensa daquele país logo após a publicação do romance de Flaubert.

Nos trinta periódicos brasileiros de meados do século XIX que consultamos, o único texto crítico que identificamos a respeito de *Madame Bovary* reprovava fortemente o romance em questão por considerá-lo imoral. Trata-se de uma resenha redigida pelo crítico Nuno Alvares Pereira e Sousa (1860) na *Revista Popular*, publicação da casa Garnier. O artigo destinava-se, na verdade, a avaliar o hoje desconhecido romance brasileiro *A filha da vizinha*, de Antonio José Fernandes dos Reis. O crítico recomendava o texto de Reis pela moralidade e pelos bons exemplos, opondo-o a *Madame Bovary*, que, segundo ele, era um “veneno” para os leitores (SOUSA, 1860, p. 85).

A suposta imoralidade teria desmotivado editores e tradutores? Não parece plausível, uma vez que outros romances com temática semelhante foram prontamente vertidos para a língua portuguesa. *Fanny*, de Ernest Feydeau, publicado na França em 1858, também abordava o adultério, mas nem por isso tardou a ganhar tradução portuguesa, realizada por Camilo Castelo Branco. Em 08 de junho de 1861, o volume traduzido já era oferecido aos leitores do Rio de Janeiro em anúncio da livraria Garnier no *Jornal do Commercio*. A casa, que costumava oferecer um grande número de romances franceses em língua original, anunciou *Fanny* no mesmo ano também em francês, no mesmo reclame em que figurou *Madame Bovary* em 19 de setembro de 1861.

O romance de Feydeau já havia sido divulgado pela Garnier no idioma original em outra lista que também incluía *Madame Bovary*, o anúncio intitulado *Romans nouveaux*, de 12 de novembro de 1859, no qual *Fanny* se fizera acompanhar da menção

“*a obtenu en France un succès immense*” (obteve na França um sucesso imenso). O romance havia obtido um extraordinário sucesso de vendas no país de origem, com treze edições em um ano (JAUSS, 2007, p. 61), ultrapassando em muito as já expressivas vendas de *Madame Bovary*. O sucesso foi, provavelmente, o elemento motivador da tradução. No anúncio da edição em português, o nome do romance de Feydeau foi seguido pela informação “romance traduzido da 18ª edição por Camilo Castelo Branco” (JORNAL DO COMMERCIO, 1861). Brito Broca afirma que a tradução teria feito grande sucesso no Brasil e em Portugal. Fanny estaria entre as leituras dos românticos, além de ser mencionado em obras literárias: “Fanny teria sido lido pelas personagens de Machado de Assis e pelos românticos em geral, devido, principalmente, à tradução portuguesa de Camilo Castelo Branco” (BROCA, 1979, p. 111).

Embora a questão da moralidade fosse parâmetro para as avaliações críticas de romances, o critério para a escolha de obras a traduzir era, certamente, o sucesso que elas haviam feito em seu país de origem. Segundo pesquisa de Sobreira a respeito do mercado livreiro português de meados do Oitocentos, “os editores preferiam investir em traduções de obras com êxito já comprovado no estrangeiro, e que, portanto, lhes davam garantias de obtenção de lucros” (SOBREIRA, 2001 apud OLIVEIRA, 2011, p. 251).

As acusações de imoralidade sofridas na França, portanto, dificilmente chegariam a ser empecilho para uma tradução de *Madame Bovary* no mercado editorial português do início da segunda metade do século XIX. Todavia, nenhuma edição em português surgiu naquele momento, fosse em Portugal ou no Brasil.

Maria Cristina Batalha, em estudo sobre as traduções de romances-folhetins no Brasil, considera que a quantidade de traduções é inversamente proporcional à consolidação da produção literária brasileira: “À medida que aumenta e se consolida a produção ficcional no país, diminui paralelamente o volume de traduções em revistas e jornais” (BATALHA, 2006, p. 47). Seguindo esse raciocínio, poderíamos pensar que a ausência de traduções de *Madame Bovary* poderia estar relacionada a uma possível diminuição do número de traduções. De fato, aos poucos, autores nacionais começavam a ocupar os

folhetins e seções destinadas às narrativas em periódicos, mas as traduções estrangeiras estavam, mesmo no final do século, longe de abandonar os rodapés dos jornais brasileiros. Os dados da tese de Ilana Heineberg sobre os folhetins publicados nos três maiores jornais do Rio de Janeiro (*Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro e Correio Mercantil*) entre 1838 e 1870 demonstram que, embora o número de autores brasileiros que escreviam folhetins progredisse, o predomínio da prosa ficcional estrangeira, mais especificamente francesa, ainda podia ser observado mesmo nos últimos anos avaliados (HEINEBERG, 2004).

Se nos rodapés dos jornais as traduções ainda estavam muito presentes na segunda metade do século XIX, nos anúncios e catálogos de livrarias elas parecem ter até mesmo aumentado. Júlio César Modenez, em pesquisa de Mestrado, analisou onze catálogos da livraria Garnier com datas entre 1860 e 1865. Os romances franceses, sobretudo os de autores de folhetins de sucesso, como Alexandre Dumas, Eugène Sue, Frédéric Soulié e Paul Féval, destacam-se pela quantidade de títulos. O mais interessante, porém, é que todas as obras anunciadas nos catálogos analisados pelo pesquisador eram traduções:

No total, quase 51% dos romances anunciados aos catálogos do corpus forma escritos, originalmente, em língua francesa. Mas nenhum deles é anunciado na língua original, aparecendo todos em tradução para o português (MODENEZ, 2014, p. 227).

Ao compararmos esses dados com os do catálogo de 1858 da mesma livraria, no qual constava *Madame Bovary*, observa-se uma gritante diferença no que concerne às traduções. Naquele catálogo, como vimos, havia 209 títulos em francês, entre os quais 23 romances, todos na língua original. Tudo aponta, pois, para um aumento da circulação de traduções, levando em conta que outras livrarias já anunciavam também um grande número de obras estrangeiras vertidas para o português. Garnier estaria importando mais traduções feitas em Portugal ou teria contratado tradutores brasileiros?

Alessandra El Far informa que na década de 1860, B.L. Garnier havia procurado compor uma equipe de

tradutores, mas o projeto não foi muito duradouro devido, justamente, à concorrência das traduções vindas de Portugal (EL-FAR, 2004, p. 68-69). Brito Broca lembra que Salvador de Mendonça era uma espécie de “tradutor oficial” da casa Garnier, tendo sido encarregado de traduzir os romances-folhetins mais em voga (BROCA, 1991, p. 59).

Com um volume tão grande de traduções em circulação no Brasil daquele início da segunda metade do século XIX, a pergunta retorna: por que *Madame Bovary* não foi mais um entre tantos romances franceses traduzidos?

Resta considerar a hipótese que nos parece a mais plausível: a das diferenças entre *Madame Bovary* e a maior parte dos romances-folhetins de grande sucesso que eram traduzidos para o português. O romance de Flaubert distanciava-se bastante dos romances franceses que ocupavam os folhetins e os anúncios dos jornais brasileiros. A maior parte desses romances tinha enredos movimentados, recheados de peripécias. Não era o caso de *Madame Bovary*, que explorava, justamente, o tédio da vida da protagonista e a mediocridade do estreito universo que a cercava. Distinguia-se também dos romances que faziam sucesso no Brasil muito antes da chegada do folhetim e que continuavam presentes em meados do século XIX, como *Aventuras de Telêmaco*, de Fénelon, *Paulo e Virgínia*, de Bernardin de Saint-Pierre ou *Atala*, de Chateaubriand; o primeiro, de tom pedagógico, e os dois últimos marcados pela valorização da natureza e do amor romântico. Afastava-se, portanto, da maior parte dos romances franceses em circulação no Brasil naquele momento, que compunham grande parte do repertório romanesco do público de então.

Também na França, *Madame Bovary* destoava do repertório da época de seu lançamento. Os críticos que se expressaram na imprensa, habituados às narrativas impregnadas de julgamentos morais, em que os narradores pareciam querer ensinar o leitores a interpretar não apenas a obra, mas o mundo, mostraram-se chocados diante da impessoalidade do narrador flaubertiano (PHILIPPOT, 2006). As descrições minuciosas pareceram excessivas aos adeptos dos romances baseados em peripécias. *Madame Bovary* apresentava traços inovadores que, como tudo o que difere dos padrões conhecidos e aceitos, não foram imediatamente compreendidos: a construção de uma narrador que forja a impessoalidade; as descrições feitas a partir do olhar das personagens; a pintura da banalidade,

do tédio e da rotina;o emprego do discurso indireto livre... O próprio Alexandre Dumas, um dos romancistas de maior sucesso no século XIX, autor de inúmeras intrigas movimentadas, afirmou, em seu jornal *Le Monte-Cristo*, que achara *Madame Bovary* cansativo e difícil de ler (DUMAS, 1857).

Assim, embora fosse um romance francês e tivesse, inclusive, sido publicado inicialmente em capítulos, *Madame Bovary* não possuía as características de romance-folhetim que talvez fizessem dele sucesso ao lado de tantos outros romances franceses que circulavam traduzidos no Brasil. Talvez sua tradução não parecesse rentável aos olhos de editores da época.

3 Um projeto de tradução

Se não se tem notícia de traduções de *Madame Bovary* no mercado editorial português ou brasileiro antes de 1881, é possível, por outro lado, narrar a história de um projeto, ou melhor, de uma intenção de tradução.

No início da década de 1870, Artur de Oliveira, um jovem brasileiro que vivia na Europa, manifestou, em cartas, o desejo de traduzir não somente *Madame Bovary* como outras obras de língua francesa a fim de publicá-las no Brasil.

O jovem tinha apenas vinte anos e mostrava-se encantado com as novidades literárias da capital francesa. Nascido em Porto Alegre, transferira-se ainda criança com a família para o Rio de Janeiro, tornando-se, mais tarde, amigo de vários escritores e intelectuais da época, inclusive de Machado de Assis. Entre 1870 e 1872, viveu na Europa, a maior parte do tempo em Paris, onde travou conhecimento com escritores como Théophile Gautier e Leconte de Lisle. Teve contato com as principais novidades literárias e artísticas do período e, de volta ao Brasil, pôs-se a transmiti-las aos amigos literatos em rodas de animada conversa (LIMA, 1997, p. 48). Não chegou a publicar obras literárias, apenas escritos esparsos, que foram reunidos em 1936 por Luiz Felipe Vieira Souto no volume *Dispersos*. Nessa publicação encontram-se diversas cartas dirigidas ao pai, escritas na Europa. Em muitas delas, Artur de Oliveira expressou o seu desejo de fazer traduções para ganhar algum dinheiro e solicitou ao pai que procurasse a livraria

Garnier para oferecer esses trabalhos; Machado de Assis, de quem era amigo pessoal, seria o intermediador. Em uma dessas cartas, escrita de Paris em 23 de novembro de 1871, o jovem literato mencionou *Madame Bovary*, manifestando a intenção de traduzi-lo:

Peço-lhe também que fale ao Sr. Dupont na Garnier (é melhor entender-se com o Machado de Assis) para ver, se esses Srs. aceitavam algumas traduções que eu tenho de romances de mérito, pois que os romances escritos com alma e arte não se vendem. Tenho assim mesmo fé que a *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert, há de ter um sucesso extraordinário (OLIVEIRA, 1936, p. 137).

Vivendo em Paris e interessando-se por literatura, Artur de Oliveira provavelmente escolheu traduzir os autores mais em voga na capital francesa naquele momento. Acreditava no sucesso que *Madame Bovary* poderia ter no Brasil baseando-se, certamente, na repercussão que esse romance já havia alcançado na França. Em 1871, Flaubert já publicara outros dois romances: *Salammbô* (1862) que obtivera êxito nas vendas, e *L'Éducation Sentimentale* (1869), um fracasso de público. O surgimento desses dois livros propiciou novas menções da crítica francesa a *Madame Bovary*. O renome do romance de estreia de Flaubert deve ter despertado em Artur de Oliveira o interesse em traduzi-lo.

Não se tem, contudo, notícia de resposta de Garnier ou de Machado de Assis a respeito da tradução. Se Artur de Oliveira realmente concluiu seus trabalhos, não se sabe, pois nunca foi publicada qualquer tradução feita por ele. Entretanto, ele parecia querer levar seu projeto adiante, pois chegou a entrar em contato com o autor de *Madame Bovary* a fim de lhe pedir permissão para publicar no Brasil uma tradução do romance, o que se pode comprovar por esta carta de Flaubert a seu editor, Michel Levy, escrita em 11 de fevereiro de 1872:

Meu caro Amigo,
Eu lhe apresento um escritor brasileiro, Sr. Arthur de Oliveira, que já traduziu a metade de *Madame Bovary* e que pede sua autorização para publicar uma tradução portuguesa no Brasil.
Eu lhe dei a minha e conto com a sua (FLAUBERT, 1998, p. 478). (Tradução nossa).

O fato de Artur de Oliveira jamais ter publicado sua tradução de *Madame Bovary* não se deve, pois, a problemas com autorização do autor ou do editor. Em nota relativa à carta acima transcrita, o organizador da edição da correspondência de Flaubert explica que Michel Lévy escrevera no rodapé da carta: “Concedido em 17 de fevereiro de 1872” (FLAUBERT, 1998, p. 1262).

A tradução que Artur de Oliveira pretendia fazer de *Madame Bovary* teria sido a primeira em língua portuguesa, quase dez anos anterior à do português Francisco Ferreira da Silva Vieira.

4 A primeira tradução portuguesa

Em 1881, surgiu, finalmente, a primeira tradução de *Madame Bovary* para a língua portuguesa, realizada por Francisco Ferreira da Silva Vieira, que também verteu para o português *Os miseráveis* e *O homem que ri*, de Hugo, *Esplendores e misérias das cortesãs*, de Balzac, *Nana*, de Zola, além dos best-sellers de então de Ponson du Terrail, Paul Féval e Alexandre Dumas (GONÇALVES, 2006).

A tradução de Silva Vieira circulou no Brasil e foi anunciada na imprensa. Em 6 de julho de 1881, uma livraria que não divulgou o próprio nome, apenas o endereço (Rua de São José), publicou um grande anúncio na *Gazeta de Notícias* comunicando sua liquidação. O título geral do anúncio era “Livros baratíssimos”, e havia vários subtítulos, como “Romances”, “Leitura somente para homens”, “Romances importantes a 500 rs. cada volume”, “Outros romances para senhoras somente” etc. *Madame Bovary* figurou na seção “Leitura somente para homens”, ao lado de *Salammbô*, segundo romance de Flaubert, de romances de Zola, como *Nana* e *O matadouro (L’assommoir)* e de Eça de Queirós (*O mandarim*), além de *Noite na taverna*, de Alvares de Azevedo.

O anúncio era bastante chamativo e procurava destacar os preços com expressões como “É para aproveitar!”, “boa ocasião” etc. Entre os livros classificados como “Leitura somente para homens”, a maioria era romances considerados realistas ou naturalistas, de autores que despertaram, em algum momento, no Brasil ou na Europa, reações de parcelas da crítica ainda afeitas ao critério de moralidade: Flaubert, Zola, Eça de Queirós

Os títulos, em todas as rubricas, figuraram em português, o que faz crer que se tratasse, no caso de obras de literaturas estrangeiras, de traduções. Quanto a *Madame Bovary*, não é possível saber, pelo título, se o exemplar anunciado era traduzido ou não; o nome do autor, no entanto, aparece em versão portuguesa: “Gustavo Flaubert” e não “Gustave”. Além disso, é pouco provável que se tratasse de edição em francês, uma vez que os demais livros anunciados estavam todos em português. É bem possível que se tratasse da tradução de Silva Vieira publicada naquele mesmo ano, já que, como vimos, não se tem notícia de tradução do romance para o português anterior a essa.

Não foi, no entanto, a única vez em que *Madame Bovary* foi anunciado como romance “para homens”. Alessandra El Far identificou um anúncio da Livraria do Povo, de Pedro Quaresma, veiculado no dia 14 de outubro de 1889, também na *Gazeta de Notícias*, em que o romance de Flaubert aparecia na rubrica “Leitura para homens”, precedido por uma extensa lista de textos de caráter pornográfico, tais como *Serões do convento*, *Os amores secretos de Pio IX*, *O sonho da virgem*, *Sensualidade e amor*, entre outros. Localizamos o referido anúncio no periódico a fim de analisá-lo. Dessa vez, podemos afirmar que a edição de *Madame Bovary* oferecida era mesmo uma tradução, pois o título vinha acompanhado do subtítulo, “Costumes de província”, o que não ocorrera no reclame anterior. O título geral do anúncio era, assim como o do que fora divulgado em 1881, “Livros baratíssimos”. O padrão dos anúncios também era o mesmo: grande, com várias rubricas, procurando chamar a atenção para os preços. Porém, no reclame de 1889, o nome da livraria, Livraria do Povo, aparecia com destaque, diferentemente do anterior, que expunha somente o endereço: Rua de São José, n. 113. A rua, aliás, era a mesma, o que permite supor que se tratasse do mesmo estabelecimento, que apenas mudara de número. Todavia, a semelhança entre os anúncios e a coincidência de rua não são suficientes para que se possa afirmar com certeza que o anúncio veiculado em 1881 também fosse da Livraria do Povo. A Livraria Popular, de Cruz Coutinho, também ficava na rua de São José, no número 75 (HALLEWELL, 2005, p. 272). Provavelmente, havia ainda outras na mesma rua. De todo modo, se os dois anúncios não foram estampados pelo mesmo livreiro, partiram de estabelecimentos com propostas semelhantes: atingir um público amplo e atrair leitores por meio dos preços e dos livros de apelo popular.

Nas últimas décadas do século XIX, aliás, tornavam-se cada vez mais comuns as livrarias e os livros populares. Além de coleções de baixo custo lançadas por casas de renome no mercado, surgiram livrarias, como a de Pedro Quaresma, dedicadas a comercializar livros de caráter popular, entre os quais incluíam-se edições baratas de sucessos dos velhos folhetinistas franceses, populares desde meados do século, assim como “romances de sensação” e histórias pornográficas (EL FAR, 2004).

Os chamados “romances para homens” eram, em geral, narrativas de cunho pornográfico, que proliferaram na corte brasileira dos anos 1870 em diante, a maior parte vinda de Portugal (EL FAR, 2004, p. 193). *Madame Bovary*, embora não contivesse as cenas tórridas da maior parte dos “romances para homens”, foi incluído nessa rubrica provavelmente por tratar-se de uma história de adultério. Como explica Alessandra El Far (2004, p. 194), nem todos os textos classificados como leitura masculina apresentavam descrições de relações sexuais; muitas vezes, a simples menção de relacionamentos adúlteros bastava para que uma obra entrasse para o rol das “leituras para homens”.

Se em meados do século XIX *Madame Bovary* esteve disponível no Brasil apenas aos leitores que conheciam a língua francesa, no final daquele século, a tradução parece ter aberto as portas para uma certa popularização, ou, pelo menos, para uma diversificação de seu público. Antes encontrado apenas na prestigiosa livraria Garnier, uma vez traduzido, passou a ser comercializado também por livrarias populares, oferecido não mais como novidade francesa, mas como narrativa que poderia agradar os apreciadores de textos picantes.

Ao mesmo tempo em que sua tradução era anunciada como romance “para homens” e podia ser adquirida na Livraria do Povo, uma edição em francês de *Madame Bovary* era colocada à disposição dos leitores da Biblioteca Nacional. Entre os livros estrangeiros solicitados pela instituição à Livraria Garnier no ano de 1892, encontrava-se o romance outrora processado por imoralidade (PINHEIRO, 2007, p. 38). Ora, o fato de ter sido encomendado pela Biblioteca sugere que *Madame Bovary* mostrava-se suficientemente relevante a ponto de não poder estar ausente do acervo de uma instituição como a Biblioteca Nacional. Na mesma época, críticos respeitados, como Araripe Júnior, expressaram-se na imprensa brasileira a

respeito de Flaubert. A tradução chega em uma época em que o nome do autor de *Madame Bovary* passava por um processo de consagração na própria crítica francesa, que deixava de vê-lo como o criador de um romance imoral para considerá-lo um grande artista (PHILIPPOT, 2006). No Brasil, ao mesmo tempo em que repercutiam os escritos de críticos e romancistas franceses que, diferentemente de seus colegas de 1857, viam *Madame Bovary* como uma obra-prima, surgia a tradução, que abria a obra a novos públicos.

Ao final do século XIX, portanto, *Madame Bovary* circulava no Brasil por meio de estabelecimentos diferentes e voltados a públicos distintos. Enquanto a tradução era oferecida por livrarias populares a leitores provavelmente pouco preocupados com as inovações literárias da obra, edições em língua francesa eram comercializadas pela livraria Garnier e disponibilizadas aos frequentadores da Biblioteca Nacional.

Considerações finais

Para finalizar as reflexões a respeito da tardia tradução de *Madame Bovary* para a língua portuguesa, parece-nos produtivo recorrer a um trabalho de Maria Cristina Batalha (2006, p. 44) já mencionado neste artigo, em que, apoiando-se em Even-Zohar, a pesquisadora faz referência a dois tipos de papéis que podem ser exercidos por uma obra traduzida no sistema da língua-alvo: primário, quando ela se mostra inovadora e geradora de novas possibilidades de criação; e secundário, quando apenas confirma modelos já conhecidos e aceitos. Batalha afirma que os folhetins traduzidos exerceram, de início, papel primário no sistema literário brasileiro, à medida que “constituíram um elemento propiciador para a criação de gêneros novos” (BATALHA, 2006, p. 49). No entanto, conforme foi assumindo seu caráter de “literatura industrial”, foi perdendo seu lugar primário, sua capacidade de propiciar novas possibilidades literárias (BATALHA, 2006, p. 50).

No início da segunda metade do século XIX, o aluvião de romances franceses traduzidos que circulava no Brasil certamente já não mais desempenhava papel primário. A maior parte do que era anunciado repetia as fórmulas do folhetim, receita certa de sucesso.

leitores brasileiros outras possibilidades de leitura de romances franceses para além das peripécias folhetinescas.

A ausência de traduções acompanhou-se de uma quase ausência de recepção crítica. No final do século, quando finalmente surgiu a tradução portuguesa, público e crítica já conheciam Machado de Assis, Eça de Queirós... E Flaubert não era mais um estreante com um romance fora dos padrões, mas um escritor em processo de consagração junto à crítica francesa. O surgimento da tradução em 1881 certamente trouxe uma contribuição muito menor do que poderia ter trazido em meados do século.

Referências

- ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- AGUIAR, Ofir Bergemann. Os miseráveis no rodapé do Jornal do Commercio: uma tradução integral e semântica. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL VICTOR HUGO, 1, 2002, Belo Horizonte, *Anais eletrônicos*. Belo Horizonte, 2002, v. 1. Disponível em: www.lettras.ufmg.br/victorhugo. Acesso em: 08 out. 2014.
- BATALHA, Maria Cristina. O lugar do folhetim traduzido no sistema literário brasileiro. *Graphos*, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 43-59, jan./jul. 2006.
- BROCA, Brito. O que liam os românticos. In:____. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis; Brasília: INL, 1979.
- EL-FAR, Alessandra. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FARIA, Gentil de. As primeiras adaptações de Robinson Crusoe no Brasil. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. São Paulo, v. 13, p. 27-53, 2008.
- FLAUBERT, Gustave. *Correspondance*. Org. Jean Bruneau. Paris: Gallimard, 1998.
- GONÇALVES, Luís Carlos Pimenta. Francisco Ferreira da Silva Vieira auteur de *Madame Bovary*. Disponível em: www.apef.org.pt. Acesso em: 01 nov. 2014.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. Trad. Maria da Penha Villalobos; Lólio Lourenço de Oliveira; Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 2005.

HEINEBERG, Ilana. *La suite au prochain numéro*. Formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870). Tese (Doutorado) - Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris, 2004. Disponível em: << www.caminhosdosromance.iel.unicamp.br. Acesso em: 19 jul. 2015.

JAUSS, Hans Robert. *Pour une esthétique de la réception*. Trad. Claude Maillard. Paris: Gallimard, 2007.

LIMA, Israel de Souza. *Bibliografia dos patronos Artur de Oliveira e Basílio da Gama*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1997.

MODENEZ, Julio Cesar. A circulação de traduções francesas no Rio de Janeiro (1860-1865). *Cultura & tradução*, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 223-232, 2014.

MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. *De romance imoral a obra-prima: trajetórias de Madame Bovary*. 2012. 346 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2012.

OLIVEIRA, Artur de. *Dispersos*. Org. Luiz Filipe Vieira Souto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

OLIVEIRA, Paulo Motta. Cartografia de muitos embates: a ascensão do romance em Portugal. *Floema*, Salvador, n. 9, p. 249-282, jan./jun. 2011.

PHILIPPOT, Didier. *Gustave Flaubert: mémoire de la critique*. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2006.

PINHEIRO, Alexandra Santos. *Para além da amenidade*. O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas-SP, 2007.

ROBERT, Joëlle. *L'édition de la Correspondance de Flaubert, Bibliothèque de la Pléiade*. Disponível em: <http://flaubert.univ-rouen.fr>. Acesso em: 26 mai. 2011.

SALES, Germana. "Ainda romance": trajetória e consolidação do gênero no Brasil oitocentista. *Floema* - Ano VII, n. 9, p. 73-90, jan./jun. 2011.

SOUSA, Nuno Alvares Pereira e. A filha da vizinha: romance do Sr. Antonio José Fernandes dos Reis. *Revista Popular*, Rio de Janeiro, t. 8, p. 84-89, out./dez. 1860.

SOUZA, Simone Mendonça de. "Sahiram à luz": livros em prosa de ficção publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. In: ABREU, Márcia (org.). *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. Leituras inglesas no Brasil oitocentista. *Crop*, São Paulo, n. 8, p. 223-247, 2012.